ISSN 2179-7471 N° 03 # Dezembro 2012



Auditar 25 anos. Edição comemorativa.

- EDITORIAL: DARIO CORSATTO -VICE-PRESIDENTE DA AUDITAR
- O ENGENHOSO TRIBUNAL DE CONTAS DO BRASIL
- ENTREVISTAS COM OS PRESIDENTES
- FATOS MARCANTES DOS 25 ANOS DA AUDITAR
- ENTREVISTA COM EDUARDO DODD -PRESIDENTE DA AUDITAR
- GOVERNANÇA CORPORATIVA: ADOÇÃO DE NOVAS PRÁTICAS NO SETOR PÚBLICO
- REGIME DIFERENCIADO DE CONTRATAÇÕES JÁ É UMA REALIDADE
- ENTREVISTA COM O MINISTRO AUGUSTO NARDES
- TCU INAUGURA NOVA ERA NA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA



União dos Auditores Federais de Controle Externo (Auditar) é a associação que representa os auditores do Tribunal de Contas da União (TCU)

www.auditar.org.br

Revista Auditar é uma publicação da União dos Auditores Federais de Controle Externo Coordenação editorial: Sidarta Comunicação

Edição: João Carlos Amador

Textos: Kíssila Vasconcelos, Ada Suene e Ailton Maciel

Design gráfico: Victor Yrigoyen

Ilustrações: Yuri Del Duca e Davi Leon Dias Revisão: Mariana Sanmartin de Mello

Tiragem: 2.500 exemplares Impressão: Gráfica Athalaia

Dar - vic

Dario Corsatto

— vice-presidente da Auditar

Neste ano em que a Auditar completa seu primeiro quarto de século, vale a pena fazer um retrospecto sobre a bela trajetória dessa entidade que é tão respeitada no Tribunal de Contas da União. Dizem que o brasileiro tem memória curta, então precisamos nos esforçar para manter acesa a lembrança dos bravos colegas que aceitaram o nobre encargo de dirigir a entidade ao longo dessa trajetória, muitas vezes sacrificando o tempo de convívio com os entes queridos para servir a um ideal comum.

"Cada um desses colegas contribuiu para colocar mais um tijolo nessa bela história que tem sido a construção e o fortalecimento da Auditar."

Assim que entrei no TCU, em 2000, tive a grata surpresa de constatar que o mundo não havia acabado, como se previa — e tenho (quase) certeza de que também não acabará em 2012. Naquele ano, uma das minhas primeiras providências foi procurar a Auditar e oferecer minha contribuição. Dirigia então a entidade Glória Maria Mérola, cuja energia e assertividade me impressionaram de imediato. O Tribunal vivia um momento crucial, em que nossa remuneração sofria sério questionamento

judicial. A Glória e aquele que viria a ser seu sucessor na presidência da entidade, Marcelo Rocha do Amaral, comandaram a aprovação de nosso primeiro plano de carreira, tirando o Tribunal da era das resoluções e colocando-o na trilha da estrita constitucionalidade. O Marcelo havia sido meu colega na faculdade, e foi um prazer compartilhar com ele esse momento tão importante. Dessa época, gostaria de dar destaque para uma importante e muito atuante diretora, Patrícia Leitão.

Em seguida, assumiu a presidência Henrique Ziller, e eu fui para a vice-presidência. Foi a época em que a Auditar começou a se abrir um pouco mais para o mundo, depois de ter pacificado as graves ameaças que pairavam sobre a remuneração dos servidores. O Ziller trouxe para a entidade a cultura de que a atividade de controle externo poderia ser otimizada se incentivássemos o controle social, ou seja, aquele que é exercido espontaneamente pela sociedade civil. Mas as questões remuneratórias prosseguiram tendo sua importância, pois um novo plano de carreira passou a ser necessário para atualizar nossos vencimentos. Nessa fase, destaco a colaboração dos auditores Márcio Brazil, Leônidas Mourão e Danilo Romero. A auditora Denise Mendes também nos ajudou, com sua experiência em gabinete de ministro e em especial na assessoria da Secretaria das Sessões, e também com sua experiência anterior, quando integrou equipe responsável por elaboração de minuta do plano de cargos e salários.

A gestão seguinte foi de Wederson Moreira, que imprimiu uma marca mais política à entidade – política em sua acepção mais nobre. Nesse momento, a entidade ganhou mais diretorias e foi preparada para ganhar projeção no cenário externo e mostrar à sociedade o trabalho dos auditores do TCU. Devemos muito à minei-

rice do Wederson e à sua forma de atuar nos bastidores, inclusive o nosso nome: "auditor federal de controle externo". A mudança de designação foi primeiramente pensada na gestão do Milson do Carmo Nascimento (que por esse motivo converteu a então Unitec para a atual designação de Auditar), retomada pelo Diógenes de Faria e depois pacientemente costurada em conjunto com o nosso ouvidor Eduardo Murici, de participação crucial nessa importante conquista.

Bruna Mara Couto foi a próxima auditora a assumir a Auditar, e então a entidade ganhou importante projeção na mídia.

para a sociedade, desenvolvemos um trabalho extremamente importante e sério, e a dedicação dos colegas enche a todos de orgulho.

A Bruna e sua equipe tiveram a sagacidade de discutir e divulgar o trabalho do auditor na CBN, e a ousadia de propor que um auditor poderia ser indicado para a vaga de ministro do TCU. Em sua gestão, a atuação dos diretores Almir Serra Martins Menezes Neto, Carlos Alberto Guimarães, Cláudio de Avellar e José Jardim Rocha Júnior foi importante para dar uma feição mais técnica à entidade. A defesa da atividade de controle externo saiu fortalecida.

Assumiu em seguida a presidência Eduardo Dodd, e eu fui novamente para a vice-presidência, sob fortes suspeitas de ter

sangue vascaíno. Maldade com os vascaínos à parte, a verdade é que eu estava com saudades de atuar na representação associativista – essa é uma doença da qual é difícil se livrar. Conciliador por natureza, Dodd imprimiu uma marca executiva à entidade, racionalizando instalações e procedimentos, melhorando a comunicacão com o público interno e buscando a otimização de resultados. Só posso dizer que sua liderança tem sido brilhante, assim como tem sido muito gratificante atuar ao seu lado. Durante a gestão, lamentamos bastante a renúncia da diretora Rita Mascarenhas, cuja impressionante força de trabalho foi responsável por importantes ações da entidade, com destaque para a tentativa de diminuição do fosso existente entre os novatos e os servidores posicionados no final da carreira. Nessa luta, impossível não falar do empenho decisivo do auditor Leonel Munhoz, sempre disposto a colaborar quando convocado.

Seria injusto não falar da atuação dos demais diretores que cerraram fileira a nosso lado na atual gestão: Gledson Pompeu, Lúcio Flavio Ferraz e Paulo Roberto Pereira. Cada um desses colegas contribuiu para colocar mais um tijolo nessa bela história que tem sido a construção e o fortalecimento da Auditar. Com a proximidade do fim da gestão, já vão ficando as saudades do ponderado Gledson, do atento Lúcio e do experiente Paulo Roberto. André Anderson Barbosa, apesar de ter ficado pouco tempo conosco, deixou um norte para a melhoria de nossa comunicação. Mas o que seria de nós sem a nossa equipe de funcionários? Um agradecimento especial, portanto, à nossa gerente Ana Cristina Marçal e também ao Ailton Maciel, à Aline Lopes, à Bruninha Rodrigues e à Flaviana Ferreira.

Também seria injusto não citar os presidentes do século passado (está dito dessa

forma só para fazer um pouco de troca com os colegas): Antonio de Oliveira, Marcos Valério de Araújo, Manoel Cutrim, Raimundo Coutinho. Ildê Rodrigues. Álvaro de Oliveira (in memorian), Antonio de Castro e Milson do Carmo Nascimento. Todos compõem, juntamente com os expresidentes já citados, o chamado Conselho Superior da Auditar, instância de consulta da Diretoria para momentos e assuntos estratégicos. Ocorreu na gestão do Marcos Valério uma das maiores vitórias da entidade, a aprovação de 23 emendas ofertadas pela entidade ao Projeto da Lei Orgânica do TCU.



Gostaria também de prestar um tributo final a outros colegas, que em algum momento foram decisivos nessa longa trajetória: Alan Rodrigues, Clemente Afonso de Sousa, José Raymundo Campos, Lídio José Ferreira da Silva e Márcio Hudson. Os ministros e gestores ficaram deliberadamente de fora desta singela homenagem – não que não mereçam, mas apenas por uma questão de escopo –; contudo, não poderia deixar de citar o atual secretário-geral da Presidência, Sandro Granjeiro, que, com objetividade e simplicidade (esta, sinal de grandeza), tem tido uma atuação crucial neste momento em que estamos prestes a aprovar um novo

plano de carreira. Na mesma linha, cabe um agradecimento todo especial a Erivam Carlos de Carvalho, agora no Sindilegis, que, enquanto ocupou o cargo de assessor parlamentar do TCU, teve atuação imprescindível em todos os assuntos de interesse do Tribunal junto ao Congresso Nacional. Cabe também um agradecimento especial à incansável técnica Simone Barbosa Ferreira, parceira nos embates de interesse comum, militando atualmente no Sindilegis. E, já que citei essa entidade, seria uma grande falha não falar em seu presidente, Nilton Paixão, cujo gênio político enxergou que precisamos estar sempre unidos contra as maldades que constantemente tramam contra nós.

Os próximos 25 anos trazem desafios imensos. Os servidores públicos viraram o bode expiatório da ineficiência governamental provocada pelo aparelhamento político da máquina estatal, bem como do déficit público, filho da corrupção. Mas nós estamos atentos e seguimos vigilantes quanto à nossa merecida posição na estrutura governamental. Nossa atuação é crucial para a sociedade, desenvolvemos um trabalho extremamente importante e sério, e a dedicação dos colegas enche a todos de orgulho.

Prestar homenagens pessoais sempre traz um grande risco de esquecimento de nomes importantes. Desde já, peço desculpas quanto àqueles que deixei de citar. A história da Auditar é, antes de tudo, uma trajetória de homens e mulheres probos, sérios, comprometidos. Não é por outro motivo que sempre encontramos a administração de portas abertas e em postura respeitosa. Nosso MUITO OBRI-GADO a cada um de vocês que ajudaram a fazer desta uma história que vale a pena ser contada – creio que posso fazer esse agradecimento em nome de cada um dos auditores do TCU.

O engenhoso Tribunal de Contas do Brasil

"Quando se sonha sozinho é apenas um sonho. Quando se sonha junto é o começo da realidade."

Dom Quixote de La Mancha – Miguel de Cervantes

Do Arroio Chuí ao Oiapoque, em todas as partes do território brasileiro, a atuação persistente dos auditores federais de controle externo conta e reconta uma história de travessias complexas e batalhas inequívocas em defesa do patrimônio do País. Mas até que fosse alcançada a independência necessária para um trabalho de fiscalização e controle da forma em que se vê hoje, houve capítulos dignos de Cervantes, em seu invencível Dom Quixote. Mas entre a obra de ficção do espanhol e a realidade do Tribunal de Contas da União há uma diferença: os gigantes derrubados para que o TCU fosse erguido eram reais, mas não impediram que houvesse triunfo da Corte de Contas sobre tantos desafios.

Em seus 122 anos, o TCU abateu muitos moinhos. Superou e rompeu paradigmas, construindo uma história exemplar, contribuindo sistematicamente para a modernização da gestão do Estado, ampliando a transparência e o acesso às informações geradas no âmbito da administração pública, bem como engendrando intensivo combate contra a corrupção.

Mas antes que a Constituição Federal de 1988 definisse a extensão do alcance da atuação do TCU, a verdadeira essência do que viria a ser a Corte e a sua importância para a sociedade surgiram em casos icônicos, que valem ser resgatados.

Entre as suas memórias, está o "caso Luftalla". Em 1978, o TCU determinou a investigação de irregularidades junto ao Banco Nacional de Desenvolvimento (BNDES) que envolvia uma empresa privada. Era pleno regime militar, cuja presidência era do General Garrastazu Médici, quando o ministro João Batista Ramos pediu o exame das contas do Executivo, para averiguar possíveis desvios de verbas públicas. Todo o emaranhado desse processo levou à

abertura de uma CPI, no Congresso Nacional, em 1980. Mas até hoje o inquérito permanece obstruído no Ministério da Justica.

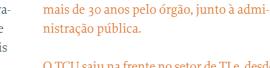
Mais adiante na história. 1983, estatais que atuavam no período foram coibidas pelo TCU da prática lesiva de falsear lucros contábeis para o rateio entre os funcionários. Mesmo com maus resultados, elas publicavam maiores margens de lucro em seus balanços e dividiam o faturamento em dinheiro real dentro da empresa. Há de se resgatar também o acontecido de 1986, quanto o TCU designou investigações contra ministérios que mantinham funcionários em hotéis em Brasília com despesas pagas pelos cofres públicos.

Houve também situações pitorescas, mas não menos importantes e simbólicas, quanto à atuação zelosa e pontual do TCU pelo Brasil. Ainda pelos idos de 1970, o TCU impediu que um prefeito da cidade de Santana de Ipanema, em Alagoas, eternizasse como herói da cidade, em uma cara estátua de bronze, a figura de um

O Tribunal de Contas da União foi criado em 7 de novembro de 1890, por iniciativa do ministro da Fazenda Rui Barbosa. jumento. O Tribunal levou em consideração que havia obras "menos pomposas e de maior utilidade para a população, tais como esgotos e pavimentação de vias", vetando a peripécia do senhor Adaílson Lepomeceno Marques, o prefeito.

Inspiração

Todas as transformações e ascensões do Tribunal de Contas da União se devem, em grande parte, ao esforço de servidores que arregaçam as mangas e buscam diferenciais em seu trabalho para garantir melhorias para a sociedade. Exemplo disso está na crescente modernização da tecnologia de informação, difundida há



O TCU saiu na frente no setor de TI e, desde 1977, com a criação do Centro de Processamento de Dados Luiz Octávio Gallotti, é referência. Com essa evolução, o que antes era restrito às salas de publicações, de registros, bibliotecas, passou a ser disponibilizado de forma ampla. Documentos, sessões, todo o funcionamento do TCU pode ser facilmente encontrado no portal.

A informatização do órgão e a adoção das tramitações de processos eletronicamente renderam mais economia, agilidade e transparência, levando ao aumento de produtividade dos servidores e, consequentemente, a benefícios para a sociedade. As ações do Tribunal são pautadas pela própria evolução social, em acompanhamento das mudanças culturais do País.

Todas essas transformações foram possíveis a partir da iniciativa de homens visionários e preocupados com o patrimônio público, imbuídos da coragem semelhante àquela que se revela aos cavalheiros antes de uma batalha. Em uma sucessão de atos políticos, conceberam a Corte de Contas, aperfeiçoando-a até que fosse permitido o seu livre exercício de fiscalização das contas públicas.



Em 1994, um projeto elaborado pelo ministro emérito Carlos Átila, sob a gestão de Élvia Lordello, deu ao TCU um novo fôlego, com a criação da Secretaria Geral de Controle Externo (Segecex). A distribuição de importantes tarefas aos demais órgãos finalísticos do Tribunal desonerou a administração superior, que pôde garantir o trabalho mais coordenado às ações de controle.

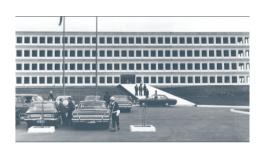
Passado de restrições

Apesar desse cenário de trabalho intenso que hoje pode ser observado, nem sempre foi assim. O TCU tinha atividades restritas. O início de sua história remonta desde a queda do Império, em 1889. Apenas em 1934, durante a era de Getúlio Vargas, quando o Brasil emergia em um sistema democrático, mudanças no texto constitucional passaram a conferir ao TCU poderes para que ele acompanhasse a execução orçamentária, julgasse contas dos responsáveis por bens e dinheiros públicos, bem como apresentasse parecer sobre as contas do presidente da República, como um documento prévio para ser analisado pela Câmara dos Deputados.

Entre acréscimos e retiradas nos textos das Constituições de 1937, 1946 e 1967, o TCU ainda era impedido de exercer livremente a função de fiscalizar os demais poderes. Essa colossal função do Tribunal de Contas da União, que fora erguida como protetora do patrimônio público e defensora da eficiência no uso do erário do País, na forma em que o País o percebe hoje, foi despertada apenas pela Constituição de 1988, quando a sua abrangência e competência foram expandidas consideravelmente, passando ele a ter atribuições mais claras.

Mais 24 anos transcorreram e os feitos do TCU são recorrentes na mídia, levando o trabalho do Tribunal, por meio de seu quadro de funcionários, cada vez mais próximo ao conhecimento da sociedade. Desde então, o Tribunal é reconhecido por sua independência e cauteloso trabalho em defesa do patrimônio público e do bem-estar dos cidadãos.

Sede do TCU nos anos 1970.



1680 SÃO CRIADAS AS JUNTAS DAS FAZENDAS DAS CAPITANIAS E A JUNTA DA FAZENDA DA CAPITAL, VINCULADAS A PORTUGAL. O TCU 1808 D. João VI institui o Erário Régio e cria o Conselho da Fazenda para acompanhar a EXECUÇÃO DAS DESPESAS PÚBLICAS. 1824 A CONSTITUIÇÃO MONÁRQUICA TRANSFORMA O ERÁRIO RÉGIO EM TESOURO, QUANDO SE faz parte INICIA A ELABORAÇÃO DOS PRIMEIROS ORCAMENTOS E BALANCOS GERAIS. 1889 Queda do Império e instituição do regime republicano. 1890 CRIAÇÃO, POR DECRETO DO MINISTÉRIO DA FAZENDA, DO TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO. da nossa 1893 É RETIRADO DO TCU O PODER DE PROIBIR DESPESAS ILEGAIS. 1934 RECEBE NOVAS COMPETÊNCIAS COMO JULGAR AS CONTAS DOS RESPONSÁVEIS POR BENS E DI-NHEIROS PÚBLICOS, ASSIM COMO APRESENTAR PARECER PRÉVIO SOBRE AS CONTAS DO PRESIhistória DENTE DA REPÚBLICA. 1937 É RETIRADA A COMPETÊNCIA DE APRESENTAR PARECER PRÉVIO SOBRE AS CONTAS DO PRESI-DENTE DA REPÚBLICA. Nova atribuição foi criada: julgar a legalidade das concessões de aposentadorias, 1946 REFORMAS E PENSÕES. 1967 O Tribunal passa a exercer a auditoria financeira e orçamentária sobre as contas das unidades dos três poderes da União, instituindo os sistemas de controle externo, a cargo do Congresso Nacional, com auxílio da Corte de Contas, e de controle INTERNO, EXERCIDO PELO PODER EXECUTIVO.

8 Auditar 25 anos Novembro de 2012 9

Entrevistas com os presidentes

por Ailton Maciel

associação forte

ANTÔNIO LICEU DE OLIVEIRA — 1987/1989

"O propósito era tornar o quadro de pessoal do Tribunal cada vez mais competente."

Como a Auditar surgiu? Qual era o nome inicial?

A Auditar nasceu de um movimento dos concursados. Na época, em 1986, 1987 e 1988, havia uma falta de liberdade no Brasil. Nessa época matavam as pessoas apenas por pensar. Nós chamávamos de "anos de chumbo." Então, um grupo

de concursados se organizaram para proteger-se e para proteger a carreira e torná-la mais forte. O propósito do grupo era tornar o quadro de pessoal do Tribunal cada vez mais competente, com cursos e programas, entre outras coisas.

Nesse tempo, fundamos a Auditar com o nome de Unitec. Foi uma época muito proveitosa. Fizemos várias coisas, participamos da criação do Sindilegis, participamos da construção do estacionamento, além de outras ações.

Qual era o principal propósito da Unitec?

O propósito da Unitec era preparar cada vez melhor os analistas para auxiliar e

assessorar o Tribunal. Nós pensávamos que, quanto mais competência houvesse na base de instrução, mais ele atuaria e por consequência nossa carreira seria valorizada. Hoje, pelo que eu sei, a nossa carreira é uma das mais disputadas e com mais preparo e competência nos quadros.

Na sua época, como a Unitec auxiliou a sociedade brasileira?

Eu acho que a Unitec ajudou ativamente no processo de redemocratização do Brasil nos anos de chumbo. A Unitec (Auditar) participou de forma intensa na liberação do País. O grupo era muito grande e havia gente de vários níveis que contribuíram diretamente para libertação do povo brasileiro.





10 Auditar 25 anos Novembro de 2012 II

Mobilização da Categoria

GLÓRIA MARIA – 1999/2001

"É importante que esses auditores tenham liberdade e sejam vistos como pessoas que estão representando ali a essência do controle externo."

Qual a principal missão da sua gestão?

O que caracterizou a minha gestão na Auditar foi um anseio muito grande dos auditores em ter uma associação forte, que os representasse e que, principalmente, fizesse valer essa ansiedade, que na época tínhamos, e que temos até hoje, de independência de nossas funções.

As atribuições de um auditor de controle externo vêm direto da Constituição. Tecnicamente é importante que esses auditores tenham liberdade e sejam vistos como pessoas que estão representando ali a essência do controle externo. E nós tínhamos isso como a principal missão da associação.

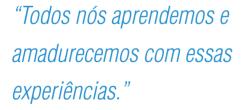


Cite um fato marcante da sua gestão.

Nós tivemos que enfrentar algumas dificuldades. A mais grave delas foi uma circular que reduzia drasticamente os salários dos servidores. Nesse momento, houve um malestar muito grande na Casa e nós ficamos em uma situação muito vulnerável de perda salarial. Nesse momento tivemos que fazer uma grande mobilização para tornar a nossa remuneração legal. Para isso era necessário que nós tivéssemos uma lei para os nossos salários. Com isso veio uma discussão sobre o plano de carreira. Foi o primeiro plano de carreira que o Tribunal teve, durante a minha gestão, e para isso contamos com o apoio de muitos colegas.

Conquistas, democracia e respeito

Marcos Valério – 1989/1990



Qual a importância da Auditar na rotina dos associados?

A importância da Auditar é a mesma de qualquer outra instituição bem estruturada, que é cumprir bem a missão de representar e defender os interesses de uma categoria. Isso a Auditar tem feito muito bem ao longo da sua história; de ser uma fonte de sinergia, aglutinando inteligência e esforços na defesa desses interesses, no debate das questões que dizem respeito à categoria representada.

A importância também está ligada ao cumprimento da missão de representar judicial e extrajudicialmente os seus sócios e de manter um espírito de corpo. Eu creio que a Auditar tem cumprido muito bem esse papel.

Quais as ações da Auditar que considera mais importante?

É difícil destacar uma realização isoladamente. São 25 anos de história. A instituição primeiro conduziu um processo de transição de um modelo ditatorial, que sem dúvida

tinha reflexo no corpo dirigente do nosso Tribunal, para um modelo mais gerencial e democrático. Todos nós aprendemos e amadurecemos com essas experiências, tanto o corpo dirigente quanto o corpo técnico.

As realizações estiveram também ligadas às discussões que diziam respeito à classe de auditores e à própria sociedade. Também podemos destacar a questão do treinamento, que passou a ser uma realidade dentro do TCU e a avaliação de desempenho, além de muitas outras bandeiras.

Luta por exclusividade da atuação

Milson do Carmo – 1995/1999

"A Auditar foi criada em 1997 e tem se destacado pela contribuição no controle dos gastos públicos e no combate à corrupção."

De que forma a sua gestão mudou a história da Auditar?

A Auditar foi criada em 1997 e tem se des-

tacado pela contribuição no controle dos gastos públicos e no combate à corrupção, bem como por suas realizações no interesse da categoria, entre as quais a conquista que assegurou o conceito de Atividade Típica de Estado, que aconteceu na nossa gestão.

Durante o mandato à frente da Auditar, que iniciamos em maio de 1995, já de início tomamos a iniciativa de alterar a denominação da entidade para União dos Auditores Federais de Controle Externo. Isso teve como objetivo o pleito de alterar a denominação do cargo para Auditor Federal de Controle Externo. Essa alteração ocorreu também durante a nossa gestão.



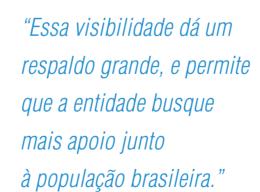
Cite conquistas importantes durante sua gestão.

Uma luta importante foi travada em 1997, para impedir o provimento dos cargos de confiança do Tribunal por pessoas estranhas aos quadros do TCU. Na ocasião, manifestamos firme posicionamento contra a iniciativa.

Ainda em 1997 promovemos a publicação, no Jornal Folha de São Paulo, na coluna Brasil, de uma matéria intitulada "Qualificação dos Auditores do TCU". A matéria continha defesa do corpo técnico do Tribunal, em resposta a afirmação de certos setores do Governo que questionaram a qualificação técnica dos auditores da Casa.

Visibilidade junto à sociedade

Wenderson Osmar – 2006/2009



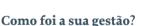
Qual a importância da Auditar?

A Auditar é muito importante para os associados, porque faz a representação

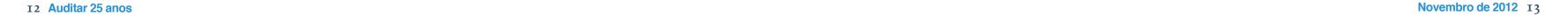
desse pessoal junto à sociedade. Hoje, o reforço que a Auditar vem ganhando com o volume de associados nós dá um respaldo grande para que a entidade busque apoio junto à população brasileira e mostre o trabalho que vem sendo desenvolvido.

Cite realizações marcantes.

Todas as realizações até hoje são importantes, desde a menor até a maior, quando consideradas no contexto mais amplo do Tribunal de Contas da União. Além disso, cada associado tem uma visão daquilo que foi mais importante para ele.



Na minha gestão, focamos bastante a retirada da Auditar de dentro do Tribunal para mostrá-la à sociedade. Junto com tudo isso, a ideia era projetar a imagem do Auditor Federal de Controle Externo. Isso foi de fundamental importância para que divulgássemos a nossa imagem e ganhássemos mais respaldo junto à sociedade para podermos ter uma valorização mais ampla da carreira.



Reconhecimento da atuação

Bruna Mara — 2009/2011



"Foi um trabalho de equipe intenso, e todos que participaram da minha gestão fizeram um ótimo trabalho."

Qual a importância da Auditar na rotina diária dos associados?

O trabalho do auditor, assim como o de outras carreiras de controle e fiscalização, incomoda, pois vai de encontro a interesses de grupos de poderes. Por isso, é muito importante que os auditores tenham uma associação forte, que dê respaldo ao trabalho que é feito e que esteja preparada para protegê-los em caso de intimidação.

Uma associação forte é muito importante para defender e resguardar o trabalho e, se for preciso, falar publicamente sobre o trabalho que foi feito.

Quais realizações da associação são importantes para categoria?

Inúmeras. Eu diria que, das mais recentes, foi muito importante o processo "Indique seu Candidato a Ministro", que mais tarde ficou conhecido como "Ministro Cidadão". Foi uma ação em que surgiu uma vaga para ministro do Tribunal e a Auditar resolveu mobilizar os auditores e aproveitar essa oportunidade para fazer uma campanha no sentido de que o novo ministro fosse alguém do corpo técnico do Tribunal. E foi isso que a gente fez. Convocamos todos os servidores do Tribunal, houve

uma eleição. O auditor que foi escolhido contou com o apoio do Congresso Nacional e disputou em igualdade com outros parlamentares. Infelizmente não foi escolhido pela Câmara dos Deputados, mas o importante é que foi iniciado um debate, foi iniciada uma reflexão crítica de que existem outras possibilidades para vagas de ministro do TCU.

Como foi a sua gestão?

Na minha gestão atuamos em diversas frentes. Foi um trabalho de equipe intenso, e todos que participaram da minha gestão fizeram um ótimo trabalho. O nosso foco principal foi a atuação do controle externo, participando de assuntos relevantes, juntamente com um trabalho intenso de comunicação para divulgação desses projetos, o que fez com que a Auditar fosse reconhecida externamente.

Em parceria com a sociedade

Henrioue Ziller -2003/2006

"Ao longo da sua história a Auditar adquiriu muita credibilidade, principalmente com as autoridades que comandam o funcionamento do TCU."

A Auditar é reconhecida dentro do Tribunal?

A Auditar tem bastante relevância no Tribunal, porque ao longo da sua história adquiriu muita credibilidade, principalmente com as autoridades que comandam o funcionamento do TCU. Ela é uma interlocutora aceita por cada uma dessas autoridades, principalmente nas situações nas quais estão sendo defendidos os interesses dos servidores. Ela desempenha um papel fundamental que acaba tendo

reflexo na própria produção dos servidores e no funcionamento do Tribunal.

Quais as realizações da associação que até hoje são importantes para a categoria?

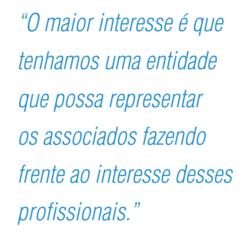
A principal foi o plano de carreira, que nós conseguimos na época, que elevou substancialmente os salários dos servidores. Sem dúvida nenhuma, do ponto de vista do servidor, essa foi a maior conquista.

Agora, com relação às questões mais relevantes para sociedade, eu considero que foi a questão do projeto "Adote um Município", que é uma iniciativa de controle social de

recursos públicos, que foi capitaneada pela Auditar e depois transferida para outra instituição que nós criamos, que é o Instituto de Fiscalização e Controle. Essa atividade continua sendo desempenhada até hoje com a participação da Auditar.

Maior comunicação com os auditores federais

Marcelo Rocha – 2001/2003



Qual o papel da Auditar?

Eu acho importante destacar que a Auditar tem um papel diferenciado das demais entidades de classe. Ela está mais ligada aos objetivos e às questões institucionais, nos quais os seus associados estão inseridos.

No Tribunal de Contas da União, nós temos o privilégio de atuar com o interesse mais amplo da sociedade. A atuação é tão importante que esses interesses estão resguardados na Constituição Federal. Então, o maior interesse é que tenhamos uma entidade que possa representar os associados fazendo frente ao senso comum desses profissionais, sempre investindo em aperfeiçoamento, além de defendendo os servidores ante qualquer ameaça.

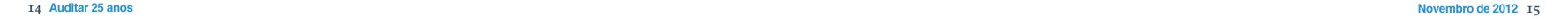
A Auditar não é uma associação restrita apenas aos servidores do Tribunal, mas ela é aberta a qualquer cidadão, até porque os cidadãos têm interesse no controle externo, na gestão pública, na aplicação dos recursos públicos, pois tudo vem dos impostos.

Quais foram as ações mais importantes da sua gestão?

A atuação da Auditar junto ao Congresso Nacional, na discussão do processo

de indicação de um ministro para o Tribunal, até conseguiu alterar um rumo de uma indicação de um candidato que não era capacitado.

Na minha gestão nós procuramos dar continuidade e ampliar o trabalho iniciado na gestão anterior, que foi justamente ampliar a participação da Auditar nas questões internas e estruturá-la para isso. Também investimos em comunicação interna, lançamos o site da Auditar para facilitar o contato com os associados.



1990/1991 Manoel Soares Cutrim Filho 1991/1992 Raimundo Nonato Coutinho 1992/1993 Ildê Ramos Rodrigues 1993/1994 Ildê Ramos Rodrigues 1994/1995 Álvaro Machado De Oliveira (in memoriam) 1995 Antonio De Miranda Castro



Presidente: Antônio Liceu de Oliveira. Criada a União dos Técnicos de Controle Externo.



PRESIDENTE: Milson do Carmo. Mudança de nome da associação de União dos Técnicos de **Controle Externo** para União dos **Auditores Fede**rais de Controle Externo.

Fatos marcantes dos 25 anos da Auditar

Presidente: Marcelo Rocha do Amaral. Investimento na comunicação da entidade com os associados.



Presidente: Wederson de nome do cargo **Controle Externo** para Auditor Federal de



Controle Externo.

1995 1996 1997 1998 1999 2000 2001

2002 2003

2004 2005



PRESIDENTE:

Marcos Valério de Araújo. Criação do estatuto da entidade e participação na elaboração do Código de Ética.

Presidente: Glória Maria. Instituído o primeiro plano de carreira do Tribunal de Contas da União.



Presidente Henrique Ziller. **Criação do** projeto "Adote um Município" e do Instituto de Fiscalização e Controle.



Presidente: Bruna Mara. Divulgação externa do trabalho da Auditar e dos trabalhos dos auditores.



"Os grandes temas que hoje são tidos como conquistas vanguardistas na administração pública brasileira foram, de alguma maneira, demandas que a Auditar, ao longo de sua trajetória, assumiu prontamente.'

A força da Auditar está na sua respeitabilidade e representatividade

por Ailton Maciel

de Controle Externo (Auditar), o audi-

Eduardo Dodd também vislumbra um fu-

 $\mathbf{m}\mathbf{m}$

Presidente, a Auditar completou 25 anos em sua gestão e continua crescendo em representatividade e credibilidade. A que você atribui tamanho sucesso?

A cada gestão, a Auditar tem tido o privilégio de se surpreender com novos dirigentes que compreendem a indispensabilidade da entidade, não apenas para os auditores, mas para o próprio exercício do controle externo com suas irrefutáveis consequências para o progresso do Brasil. Verdadeiros guerreiros, cada um que por aqui passou deixou a sua marca, porém sempre respeitando os avanços e as contribuições alcançadas por seus antecessores, garantindo assim a continuidade dos trabalhos, característica indispensável a uma gestão moderna.

Destaco também a participatividade e a capacidade de inovação que sempre acompanharam a Auditar. Desde a criação da Lei Orgânica do TCU, que trata da natureza e competência do Tribunal, estávamos presentes, contribuindo com a inclusão de dezenas de dispositivos. A natureza austera do nosso ofício, sempre pautado pela rigorosa observância de todo o arcabouço jurídico-legal que nos baliza, não inibiu a capacidade da entidade de inaugurar novos paradigmas constantemente. Os grandes temas que hoje são tidos como conquistas vanguardistas na administração pública brasileira foram, de alguma maneira, demandas que a Auditar, ao longo de sua trajetória, assumiu prontamente. A atuação decisiva da Auditar na construção de institutos como o Processo Eletrônico, o Banco de Horas e o Teletrabalho é apenas um exemplo que comprova essa marcante característica.

Qual a importância do resgate da história da associação?

O resgate dos feitos da Auditar ao longo desses últimos 25 anos, além de homenagear de forma justíssima aqueles que voluntariamente se sacrificaram em prol do crescimento e fortalecimento do nosso trabalho, teve o intuito de demonstrar a todo o corpo de servidores do Tribunal, principalmente os mais novos na carreira, a relevância do papel de uma entidade de classe no desenvolvimento de uma carreira.

É praticamente impossível falar sobre a história recente do TCU sem mencionar a Auditar, que esteve presente e atuante nos momentos mais cruciais. O próprio nome do cargo, de auditor federal de controle externo, foi resultado de um projeto da entidade, que buscava difundir melhor, nos meios de comunicação, nosso trabalho e sua relevância para toda a sociedade. Podemos também mencionar cada projeto de lei aprovado relativo ao nosso plano de cargos e salários, pois todos foram capitaneados pela associação. É quase inconcebível, dado o prestígio de que o cargo goza hoje, o fato de que houve épocas em que recebíamos uma verba denominada "complementação de salário mínimo"!

Essa memória permite uma visão do futuro da Auditar?

Perfeitamente. Não conhecemos por certo os diversos desafios que surgirão, podendo ameaçar a nossa atuação e, até mesmo, nossa independência. De qualquer forma, confio plenamente no grau de participação e de seriedade com que cada auditor encara sua carreira. Uma associação não se fortalece apenas com o empenho de seus dirigentes. Nossos associados são extremamente exigentes e estarão sempre contribuindo com sugestões, participando em grupos de trabalho, criticando

nossa atuação e demandando resultados. Enquanto estivermos próximos ao associado, compreendendo que o auditor é o ponto central do nosso trabalho, a Auditar continuará se fortalecendo mais e mais a cada gestão.

Após quase dois anos à frente da Auditar, o que pode nos dizer sobre esse período?

Foram inúmeras as batalhas travadas, seja com a própria administração da Casa, como foi o caso na busca por um concurso de remoção mais justo, com alguns setores do governo, que tentam sempre lançar dúvidas sobre a qualidade e a confiabilidade do nosso trabalho, ou até mesmo na justiça, como foi o caso quando um grupo de auditores sofreram um processo movido por uma juíza federal, em decorrência de uma auditoria em um Tribunal Regional do Trabalho, e a associação precisou acudi-los.

Essas lutas em defesa dos auditores, seja pela sua independência no exercício de seu trabalho ou por melhores condições de trabalho, sempre fizeram parte do trabalho da entidade. Porém, além de cuidar dessas demandas, tivemos o zelo de buscar nos aproximar ainda mais dos nossos filiados, por percebermos que muito do que a associação fazia não chegava ao conhecimento de todos. Nesse sentido, reestruturamos o setor de comunicação da entidade: desenvolvemos um informativo (tanto eletrônico quanto impresso) para consumo interno, estruturamos uma WEB TV. de forma a tornar a comunicação mais atrativa por meio do site institucional, e contratamos novos profissionais com extensa experiência na área.

Ainda, procuramos essa aproximação buscando vantagens ligadas a outros aspectos da vida dos filiados, que não profissionais.

Nesse sentido, inauguramos um setor de relações públicas e benefícios, por meio do qual firmamos diariamente novos convênios, inclusive a partir de propostas por eles mesmos trazidas. Também reformamos completamente a sede da entidade, garantindo a todos um maior conforto no atendimento presencial.

E o futuro?

É fundamental entendermos a dimensão que a carreira do auditor do TCU ganha

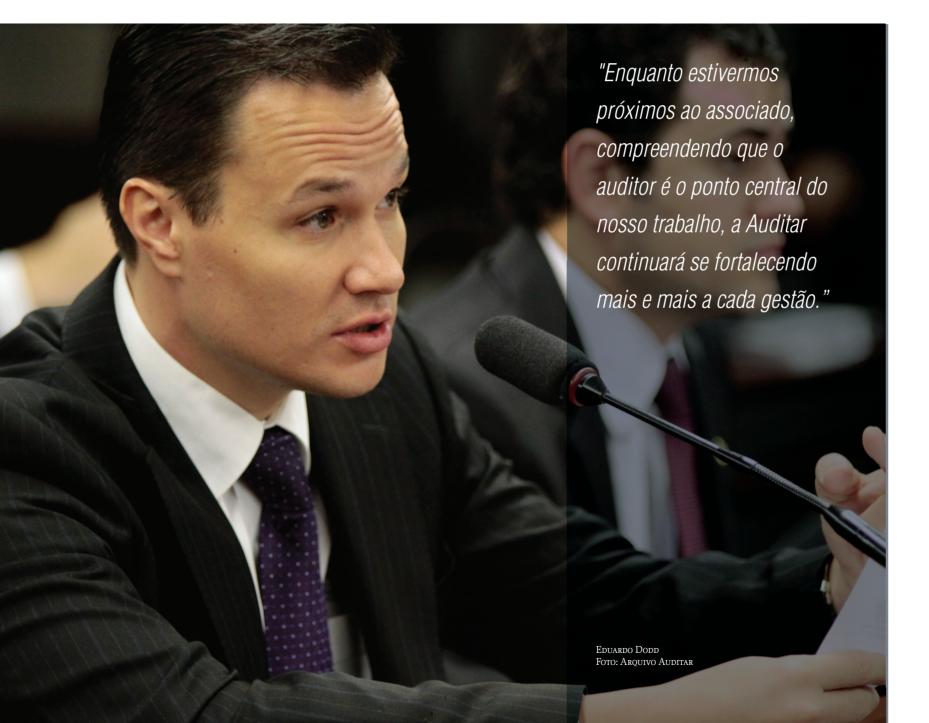
a cada dia. O resultado do nosso trabalho permite a percepção imediata de benefícios por toda a população brasileira. O TCU tem expandido seu campo de atuação, e a qualidade de seu desempenho na análise e avaliação de políticas públicas consolida ainda mais a posição do auditor como agente indispensável à modernização do Estado.

Para fomentar essa demanda, e antenados no futuro, criamos, em parceria com o Sindilegis, o projeto Auditar nas Escolas, que

tem o objetivo de levar ao estudante um pouco mais do trabalho do auditor e como sua atuação garante serviços de qualidade à população. Conhecer as diversas profissões e suas formas de atuação na sociedade é sempre importante no processo de desenvolvimento da cidadania e de formação profissional de nossos jovens, motivo pelo qual não poderíamos ficar de fora.

Como esse trabalho será desenvolvido?

Por meio de palestras e distribuição de material educativo em forma de quadri-



nhos. Profissionais da Auditar entrarão em contato direto com jovens, trocando informações e discutindo ideias, possibilitando assim uma interação mais produtiva. Escolhemos as histórias em quadrinhos (HQs), pois possibilita uma ação em campo de menos concorrência, afinal a multiplicidade de mídias e modos de acesso à comunicação disponíveis hoje transforma a busca pela atenção desse público em um verdadeiro exercício de criatividade.

O senhor tem insistido na importância do cargo de auditor do TCU para o futuro do Brasil. A que se deve essa observação?

Vivemos atualmente um momento especial de nossa jovem democracia, em que a população está participando ativamente de movimentos que estão alterando, de forma definitiva, o modo de se fazer política no Brasil. O instituto da Ficha Limpa, capitaneado pelo Movimento Contra a Corrupção Eleitoral (MCCE), com o qual também contribuímos, é um dos melhores exemplos de nossos tempos de uma conquista genuinamente cívica, e movimentos em prol da cidadania e contra a corrupção se estendem por todo o território nacional.

Discernindo este momento e sua relevância para o fortalecimento do exercício da democracia no País, a Auditar promoveu o movimento Ministro Cidadão, em que pela primeira vez se debateu abertamente a indicação de um auditor de carreira ao cargo de ministro do TCU. Esse movimento repercutiu em diversos tribunais de contas estaduais e em outros setores da administração pública. Mas, para que esses movimentos sigam contribuindo em direção a um civismo moderno, ou seja, consciente em sua liberdade e responsável, é necessária uma vigilância permanente e austera, pois os riscos também não podem ser subestimados.

Ouais os principais riscos a que a Auditar deve se manter alerta?

Recentemente, temos presenciado a estratégia de alguns setores do governo de minar o papel do servidor público perante a opinião pública e sociedade civil. Essa tentativa de confundir a imagem do servidor público com a de um burocrata, sem utilidade para o emprego das políticas de Estado, além de perigosa, é, no mínimo, uma releitura de atos já praticados em outros momentos de nossa incipiente democracia.

O servidor público efetivo é um agente que fortalece o Estado, pois garante instrumentalidade às suas instituições. Sua qualidade técnica, aferida pelo crivo do concurso público, e sua estabilidade no cargo avalizam seu compromisso, não com um determinado grupo político-partidário, mas com as instituições de Estado, o que o torna indispensável ao processo de modernização do País.

Não é culpa dos servidores públicos se as políticas públicas não têm se ajustado aos interesses e necessidades da sociedade. Basta compararmos os investimentos em políticas básicas como em educação e saúde com o montante de verbas públicas desviadas, que, segundo a grande imprensa, chega a bilhões de reais ao ano. O foco não pode ser a remuneração do servidor e sim as políticas demandadas pelo governo e os resultados efetivamente percebidos pelos contribuintes.

Ainda, há riscos no âmbito interno do Tribunal que demandam firme vigilância. O corpo técnico do TCU foi indicado há pouco tempo ao Prêmio Transparência da Câmara dos Deputados, uma inovação, pois foi a primeira vez que, na categoria governamental, todos os servidores de uma instituição foram indicados ao prêmio.

Certamente o nosso trabalho não seria possível individualmente, o que seguramente motivou a indicação nesses termos. No entanto, por vezes surgem discursos que apregoam a segregação entre servidores pertencentes a quadros distintos ou até mesmo entre servidores ocupantes de um mesmo cargo, em função de suas áreas de atividade. A consequência não poderia ser outra: o entusiasmo é minado e os conflitos internos proliferam, enfraquecendo a unidade da instituição.

O encerramento de sua gestão se aproxima. Ouem dará continuidade a todo o trabalho desenvolvido?

Como já disse, a força da Auditar reside em sua respeitabilidade e representatividade. Hoje, como associação de maior representatividade no TCU, contamos com quase 1.200 associados, ou seja, aproximadamente 60% dos auditores em atividade. É preciso estimular a atuação dos mais jovens nos cargos de direção, garantindo a renovação de ideias e ações. A meu ver o papel da Auditar é estar sempre em movimento, aiudando a conduzir a nossa carreira em direção a um futuro promissor.



Comando Auditor: educação por meio dos quadrinhos

Auditor do Tribunal de Contas da União e estudioso do tema governança corporativa, José Raymundo afirma que é possível adotar medidas para melhorar o desempenho dos órgãos públicos brasileiros.

Um novo conceito, que ganhou o meio corporativo e acadêmico nos últimos anos, também está se inserindo no setor público. O termo, intitulado governança corporativa, ainda é desconhecido para muitos, mas promete otimizar os trabalhos na administração pública e garantir melhorias e bem-estar para a sociedade.

Fruto de uma reavaliação da forma como as grandes corporações lidavam com os acionistas, o termo governança corporativa surgiu

para encorajar o uso eficiente dos recursos das empresas, além de criar normas para que administradores desenvolvessem planos de gestão que atendessem de forma responsável e transparente os anseios dos interessados.

Especialista no tema, o servidor do Tribunal de Contas da União José Raymundo Campos explica como o conceito pode mudar significativamente a vida dos cidadãos e associa o novo tema a algumas práticas já utilizadas no âmbito do TCU, como a gestão por desempenho.

José Raymundo, o que é governança corporativa?

O termo governança não é algo recente. Ele vem sendo utilizado desde a década de 40 e basicamente se refere a como você pode gerir organizações complexas, que são aquelas que estabelecem relacionamento com vários agentes interessados na empresa. Na governança corporativa é possível estabelecer controles, procedimentos e relacionamentos, de modo que a organização maximize o seu lucro e minimize os seus riscos. Os dirigentes da organização serão acompanhados e monitorados.

Quando a governança corporativa surgiu?

O termo governança corporativa ainda está em construção. Ele teve um grande destaque mundial com as crises do mercado acionário americano nas décadas de 80/90, com as famosas fraudes contábeis em grandes organizações. Fraudes essas que não tinham sido detectadas de maneira correta pelas grandes empresas de auditoria. Nesse período veio à tona a questão do conflito de agentes, que é justamente a separação entre gestão e propriedade, em que acionistas minoritários não eram informados sobre os atos de gestão.

Qual a diferença entre gestão e governança?

Nós não podemos confundir governança com gestão. Gestão é a execução de processos de trabalho e ações estratégicas, táticas operacionais para o alcance dos objetivos da organização. A governança é o estabelecimento de premissas e critérios que vão justamente orientar essas ações de gestão.

O governança é um ciclo em que se estabe-

Governança Corporativa: adoção de novas práticas no setor público

lecem premissas para o planejamento da organização, para o relacionamento com os "stakeholders" e para os processos de gestão, de prestação de contas, de transparência e de feedback de validação dessas próprias premissas que estão sendo utilizadas.

Oual a diferenca entre governanca no setor público e privado?

A governança no setor público seria a governança para a esfera pública ou para instituições públicas. Na área pública nós temos uma mudança forte de foco. Mesmo ainda tendo toda essa atenção com os interessados, que são os "stakeholders", na iniciativa pública o nosso principal "stakeholder" é o cidadão. O major interessado de uma organização pública é o cidadão, é a sociedade.

Quais são as vantagens da adoção da governança das instituições?

Quando se estabelecem processos de governanças as instituições vão ter um arcabouço constituído por esses critérios e premissas que vão nortear e orientar para alcance de resultados, estabelecendo papéis e responsabilidades dos gestores nas organizações, além de permitir critérios de avaliação desses resultados. Isso fará com que se consiga ter parâmetros para avaliar se realmente estão sendo alcançados os resultados ou não. Isso é muito importante.

Em outro patamar, você ainda consegue estabelecer uma série de procedimentos que vão contribuir para a melhoria da governança no próprio setor público, ou seja, contribuir para melhor alcance dos resultados nos órgãos e minimização dos riscos.

Dentro do TCU como a governança pode ser aplicada?

Na esfera pública nós temos gestores e governantes que têm acesso a recursos públicos e que podem optar por não utilizar esses recursos para o interesse público. Por isso que existe o controle externo da administração pública federal, que é o Tribunal de Contas da União, para fiscalizar como esses recursos estão sendo aplicados.

O TCU, como defensor da coisa pública, tem uma relação muito mais forte com a sociedade do que uma empresa de inicia-

José Raymundo, como podemos associar o tema governança corporativa à gestão do desempenho?

Para abordarmos a vinculação da gestão do desempenho à governança corporativa, vale a pena conversarmos sobre a "Governança de RH", que podemos definir como o conjunto de ações de liderança nos processos de gestão de pessoas e a gestão dos respectivos investimentos de recursos relacionados à otimização do desempenho do capital humano da organização.



tiva privada. Todavia, aplicar a governança não é algo simples, pois ele tem que exercer o papel de monitoramento. Nesse sentido, o Tribunal atua basicamente identificando como estão sendo implementados os procedimentos e estruturas de governança pública nesses órgãos. Mas cada órgão, na sua complexidade, tem situações diferentes em cada mister. É um grande desafio que o TCU já avalia iniciar.

Uma vez que o TCU apresenta um conjunto de processos de trabalho para a gestão do desempenho dos seus servidores, podemos afirmar que essa gestão poderá estar associada à governança corporativa/ institucional caso tenha como premissas e efetivamente realize o exercício da liderança dos seus gestores e do gerenciamento de recursos para o alcance dos resultados organizacionais, mitigação de riscos e comunicação com os "stakeholders."

"Regime Diferenciado de Contratações já é uma realidade."

Entre os aspectos
vantajosos, o RDC poderá
levar a uma lei geral de
contratações mais eficiente,
abrangendo as obras
públicas e as concessões
de serviços públicos.

Inicialmente instituído para impulsionar os diversos investimentos em infraestrutura e em aquisição de bens e serviços, em razão da Copa do Mundo de 2014 e dos Jogos Olímpicos de 2016, o Regime Diferenciado de Contratações Públicas (RDC, Lei 12.462/2011) experimenta uma rápida expansão, que poderá levar à remodelagem definitiva das contratações públicas.

O ideal de agilidade nas contratações de obras aeroportuárias, arenas e demais melhorias voltadas aos eventos esportivos chega a outros setores da infraestrutura. Atualmente o Regime Diferenciado de Contratações (RDC), mais flexível, abrange as obras do PAC e outras no setor de educação e, em breve, poderá ser levado às obras da saúde, atingindo até 83% das contratações federais.

Mesmo antes da instituição do novo regulamento, os auditores federais de controle externo do Tribunal de Contas da União dedicam-se à questão. As discussões têm ocorrido com vistas ao aperfeiçoamento dos sistemas de controle e fiscalização legais.

O RDC já está sendo aplicado e agora deve ser observado a partir de suas contribuições efetivas para ampliação da eficiência nas contratações públicas, no que tange a competitividade, promoção de transferência de tecnologias, tratamento isonômico e incentivo a inovação, preservando ainda, assim como prevê a Lei de Licitações (8.666/1993), a proposta mais vantajosa para a administração pública.

"Hoje, mais do que nunca, temos a oportunidade de discutir aperfeiçoamentos necessários à Lei 8.666/1993, para afastar as brechas e morosidades existentes nos procedimentos licitatórios em geral. Rompeu-se, de certa forma, com uma cautela paralisante, pouco eficaz, que permeava a administração pública. Devemos, logo, evoluir nos instrumentos legais que dificultem as fraudes licitatórias e confiram mais agilidade às contratações públicas, para passarmos a um nível subsequente, no qual será possível aos gestores conferir atenção às políticas públicas, gastando menos energia com os procedimentos licitatórios. Dessa forma, prevalecerá sempre o interesse público primário em relação ao secundário", afirma o auditor federal de controle externo André Vital.

No primeiro semestre de 2011, Vital chegou a publicar um parecer na Revista do TCU, no qual ele examinou as diferenças entre as leis utilizadas para contrata-



André Vital Foto: Ailton Maciel

ções da administração pública. Entre as principais incoerências encontradas no RDC, destacou o risco de elaboração de um projeto excessivamente econômico e a impossibilidade prática de ocultação de um orçamento, quando há a divulgação das quantidades de serviços envolvidas.

Decorrido mais de um ano, André Vital apresenta riscos associados ao RDC, mas enfatiza a necessidade de repensar as práticas licitatórias atuais. "Quando a lei surgiu havia um cenário político no qual alguns defendiam arduamente o RDC, em oposição a outros. Diante desse quadro, propusemos uma análise mais técnica do novo regime, discorrendo sobre possíveis vantagens, desvantagens e eventuais riscos, com o objetivo de progredirmos quanto às contratações em geral, procurando contribuir para evitar desacertos na aplicação da regra. Hoje, o RDC já é

uma realidade, e devemos tirar o melhor proveito dele, o que inclui o aprendizado prático decorrente do seu emprego".

A sistemática de contratações deve ser revista a partir de uma abordagem mais ampla acerca dos benefícios do aparato estatal em prol da coletividade. "A bem da verdade, ainda existem resquícios de uma racionalidade fragmentada, na qual a licitação é vista estaticamente, fazendo da administração pública simples executora de tarefas imediatas. Todavia, evolui rapidamente a concepção de uma administração dinâmica, ligada às grandes questões econômicas e sociais, salutar para os servidores e para a sociedade, por trazer clareza quanto às melhorias advindas diretamente do trabalho dos agentes públicos", esclarece Vital.

Contratações integradas X concessão de serviços públicos

O auditor examina ainda a relação entre as contratações integradas e sua semelhança ao modelo de concessões de serviço público. "Seguindo na mesma intenção de alertar, o parecer, publicado na Revista do TCU, chamou a atenção para outros pontos, relativos a riscos na aplicação da contratação integrada. É bem verdade que o RDC acabou por estabelecer uma regra bastante limitadora do uso da contratação integrada, que não estava prevista no projeto de lei original. Trata-se da adoção obrigatória do critério de julgamento de técnica e preço, cogente no regime de contratação integrada. A aplicação desse critério de julgamento encontra resistência por parte dos gestores públicos, devido às dificuldades de definição e utilização de parâmetros de julgamento objetivos, que devem ser obrigatoriamente inseridos no instrumento convocatório", explica.

Entres os apontamentos e questões polêmicas geradas em torno das novas regras, está a de que os projetos e qualidade das obras licitadas estão ligados diretamente ao interesse financeiro do contratado. Portanto, na contratação integrada, ao não assumir a responsabilidade de manutenção do objeto da licitação, existe risco de perda de qualidade na obra, devido ao controle que a empresa vencedora deterá sobre as definições relativas ao projeto básico, situação que normalmente é amenizada pelas vias de contratos de concessões.

Sob essa nova análise, André ressalta que, exatamente para superar tais riscos, tem



Andamento do Estádio do Maracanã Foto: Jonas Pereira – Secop

24 Auditar 25 anos Novembro de 2012 25

Vantagens

serviço", justifica.

As dúvidas ainda pairam entre os auditores. Mas, para André Vital, podem ser destacados pontos positivos no RDC. "Entre os avanços objetivos, podemos citar que a Lei consolidou o entendimento de que é mais vantajosa a apresentação das propostas antes da habilitação dos licitantes, de forma similar ao que estabelecera o Decreto Federal 3.555/2000, recepcionado pela norma regente dos pregões, Lei 10.520/2002. Também merecem destaque a preferência por licitações eletrônicas, a padronização de minutas de contratos, para uma maior celeridade dos procedimentos, a possibilidade de negociação de condições mais vantajosas com o primeiro colocado e as diretrizes para a avaliação de benefícios ambientais, em consonância com o princípio do desenvolvimento nacional sustentável", defende.

Em relação ao controle da legalidade e

eficiência dos contratos administrativos de obras ou de concessões, mais relacionado à qualidade do projeto, das respectivas especificações essenciais do objeto e do acompanhamento da fase de execução, o trabalho dos auditores federais de controle externo já é digno de destaque e, certamente, será decisivo na definicão de uma história de maior sucesso nos contratos públicos.

"O que podemos concluir é que o RDC não é uma fórmula pronta e acabada. A nova

lei abarca temas, conclusões, conceitos e ferramentas recentes e, naturalmente, passará por ajustes. Entretanto, a sua existência e sua aplicação prática servirão para avançarmos rumo a uma lei geral de contratações mais eficiente", afirma Vital. Nessa perspectiva, observa-se que o processo licitatório, em conformidade com a própria Constituição Federal, deverá evoluir no sentido de tornar-se um instrumento de realização das políticas públicas e, para isso, contribuirá a notável capacitação técnica dos servidores do TCU.



Ferrovia Norte-Sul, prioridade do Programa de Aceleração do Crescimento do Governo Federal. Foto: Élcio Carriço

Entrevista com o ministro Augusto Nardes

Futuro presidente do Trabahar TCU vislumbra formas de investir na qualidade das em prol auditorias e contribuir com o fortalecimento do País. da eficiência do Estado Brasileiro

Ministro, fale um pouquinho da sua trajetória até chegar ao Tribunal de Contas da União.

Eu comecei muito jovem na política, fui vereador dos 19 para os 20 anos. Depois fiz um curso de graduação na área de

pós-graduação e mestrado em Genebra, na Organização Profissional do Trabalho em Genebra, que é uma das instituições vinculadas às Nações Unidas. Isso foi no final dos anos 70, no início dos anos 80.

Voltando para o Brasil, retomei a política. Fui eleito deputado estadual e depois deputado federal. No Congresso Nacioalongamento do prazo para pagamento da dívida dos pequenos e grandes agricultores no Brasil, foi especialmente a questão da movimento que, quando começamos, parecia não ter condições de contar com uma estrutura maior. Com o Simples conseguise cobravam dos pequenos empresários, para que se pagasse um só tributo. Isso facilitou muito a vida dos proprietários das pequenas empresas, e talvez esse trabalho tenha sido um dos mais relevantes que fiz na minha vida pública, além de tantos outros que poderia citar. O projeto começou com 600 mil empresas, e hoje nós temos 7 milhões de empresas no Simples.

Com certeza esse crédito passei a ter no Congresso Nacional, por ter sido o articulador e fundador da Frente que movimentou todo esse trabalho junto com o Sebrae e junto com os parlamentares. Acredito que tenha sido esse projeto o responsável pela minha eleição depois como ministro do Tribunal de Contas da União, já que é uma votação secreta e eu fui um candidato independente, sem apoio de partidos grandes, e acabei sendo eleito ministro do TCU. Essa é, então, a minha trajetória sintetizada, até chegar ao Tribunal de Contas da União.

Como o senhor avalia o papel do auditor federal de controle externo para o progresso e crescimento do País?

Nós temos aqui a representação da Auditar, que através do presidente Eduardo Dodd tem feito um trabalho muito importante, no sentido de agregar todos os auditores para que possamos ter o fortalecimento da classe. A Auditar tem uma representação no sentido de dar maior qualidade para as nossas auditorias. Por falar em qualidade, eu acho que o grande papel do Tribunal de Contas da União, além de perceber se está sendo cumprida a lei, é trabalhar cada vez mais em cima da qualidade e dessa forma ver a eficiência do Estado Brasileiro. Para que o Estado seja mais objetivo, tenha mais eficácia, é importante que a gente trabalhe nesse sentido.

Nesse aspecto, os nossos auditores dão uma contribuição imensa para o Brasil,

pois é por meio das auditorias que a gente pode mostrar caminhos para o nosso País. As auditorias detectam onde estão as falhas, onde nós temos ineficiência, esta um dos gargalos maiores da administração brasileira. Então, os auditores cumprem um grande papel para a Nação brasileira, fazendo o seu trabalho, como forma de dar uma orientação e caminhos para o País.

Ministro, o senhor será o novo presidente do Tribunal de Contas da União. Nessa gestão que se encerra, o principal foco foi a fiscalização de obras e concessões. Na sua gestão, o senhor continuará trilhando o mesmo caminho?

Nós vamos continuar mantendo as metas, mas em relação a isso nós vamos focar mais na questão da qualidade. A quantidade é reclama da falta de eficiência em alguns setores vitais, como educação e saúde. Então, a questão da qualidade é importante para que possamos orientar o Brasil no sentido de que precisamos ter o desenvolvimento do País descentralizado, para que possamos ter uma qualidade de vida melhor para todos, para que a educação seja melhor e para que nós possamos ter uma saúde para serem aprofundadas para a questão da qualidade e esperamos que isso possa refletir na melhoria do governo federal, trabalhando em setores vitais.

Quando a gente analisa uma obra, é necessário também averiguar o que aconteceu na obra como um todo, saber as causas da fraude, as causas dos desvios, as causas do atraso, ou seja, o órgão tem que estar preparado para evitar que isso continue acontecendo. Não queremos continuar na mesma prática de enxugar gelo: você penaliza, mas não se resolve o que aconteceu lá na base da decisão e, portanto, continuará acontecendo a penalização por parte do

Tribunal, e continuará a se repetir o erro.

Por isso, na nossa gestão, eu quero que o Tribunal se aprofunde mais e mostre para o Executivo as falhas, para que este possa fazer a prevenção, para que não haja uma obra superfaturada. Assim o Estado poderá se aprimorar e realizar um planejamento adequado. A atuação do Tribunal tem que ser feita de forma preventiva, para evitar a perda dos recursos lá na base. Vamos investir na qualidade das auditorias. Nós aqui no Tribunal temos um sistema que se chama TMS — Temas de Maior Significância, que será implementado. A partir disso avaliaremos o porquê de estar acontecendo aquilo e mostraremos para o Executivo que é necessário mudar o seu planejamento, o seu formato de fazer as coisas, para que não continue cometendo os erros que nós temos hoje na administração pública brasileira.

No último Congresso Nacional da Auditar, muito se discutiu sobre a pressão que os auditores sofrem com a metodologia de fixação de metas pela Casa e a pouca relação que elas apresentam

representação da Auditar, que através do presidente Eduardo Dodd tem feito um trabalho muito importante, no sentido de agregar todos os auditores para que possamos ter o fortalecimento da classe."

MINISTRO NARDES FOTO: AILTON MACIEL



com os resultados efetivamente alcançados. Existiria um modelo alternativo ou uma nova proposta ou metodologia para este tema?

Entendo que o estabelecimento de metas desafiadoras de desempenho, alinhadas às estratégias institucionais, contribui para a melhoria dos resultados, para o aperfeiçoamento da gestão de recursos e para o desenvolvimento progressivo da organização. A fixação de metas para o Tribunal

tem cumprido a importante função objetiva de direcionar esforços para solucionar questões mais prementes, como o elevado estoque de processos e a necessidade do desenvolvimento e aperfeiçoamento de mais atividades de fiscalização. As gestões dos ministros Ubiratan Aguiar e Benjamin Zymler tiveram êxito nesse aspecto. O Tribunal e todo seu corpo técnico empreenderam esforços no período de 2009/2010 para reduzir significativamente tanto a

quantidade quanto o perfil do elevado estoque de processos acumulado durante anos. Essa diminuição na quantidade de processos permitiu a realização de mais fiscalizações no período de 2011/2012. São avanços importantes, e entendo que é possível evoluir na metodologia de fixação de metas, incorporando ao modelo atual outros fatores como a seletividade, com foco na regionalização dos trabalhos fiscalizatórios, na realização de auditorias coordenadas e na mensuração de mais benefícios do controle. O tema já está em estudo no âmbito da Segecex e foi apresentado, por equipe da Adplan, em recente encontro de dirigentes das Secretarias de Controle Externo nos Estados, um modelo de evolução da metodologia atual.

Ministro, tramitam no Congresso Nacional propostas de criação do Conselho Nacional dos Tribunais de Contas. De acordo com a Emenda Constitucional 28/2007, que prevê a criação de mais esse Conselho, os membros dos Tribunais de Contas dos Estados terão maioria na composição do órgão. Qual sua visão sobre o tema? Acredita que o Conselho contribuirá para corrigir a baixa credibilidade desses Tribunais? No Brasil, prevalece o modelo que surgiu a partir do desenvolvimento do Estado Moderno Republicano, com a divisão força de disposição constitucional, temos o do Poder Judiciário, com a competência de zelar pelo aperfeiçoamento do trabalho do de Contas estão vinculados ao Poder Legismento maior, creio que o órgão externo dos Tribunais de Contas deve ser integrado ao Poder Legislativo, até para manutenção Poderes. Sobre a composição de eventual

Conselho Nacional dos Tribunais de Contas – CNTC, entendo que é possível evoluir para uma estrutura que não contemple apenas autoridades originárias do Sistema de Controle Externo, mas também favoreça o controle social, a exemplo do CNJ, que não é composto exclusivamente por magistrados. Por fim, o estabelecimento do CNTC traz consigo oportunidades de aprimoramento e de uniformização processual, de desenvolvimento da governança nos Tribunais, de compartilhamento de conhecimentos e soluções tecnológicas, contribuindo para a melhoria dos processos de trabalho e dos quadros funcionais.

No controle dos gastos públicos, o auditor do TCU é reconhecido pela sua competência técnica, sua dedicação ao ofício e seu comprometimento com a carreira. Em grande parte, isto se deve à unidade do corpo técnico e ao clima organizacional positivo predominante no Tribunal. Entretanto, têm surgido iniciativas visando à segregação dos auditores em função de sua área de atuação. Qual a sua visão sobre o assunto? Haverá medidas concretas a esse respeito em sua gestão?

De início, quero destacar o empenho do ministro Benjamin Zymler em prol da unidade do corpo funcional do TCU, possibilitando o desenvolvimento de trabalhos de relevância para a sociedade. Entendo que o Tribunal, como qualquer organização, está sujeito a ajustes de estrutura, com definições sobre a área de atuação dos diversos segmentos que compõem esta Casa. Nosso mapa estratégico prevê o desenvolvimento de competências profissionais e gerenciais, mas isso não significa divisão do corpo técnico. Pelo contrário, fornece a ideia de especialização, a ser promovida em sintonia com o conceito de integração, de unidade, em prol do clima organizacional que propicie avanços tanto nas atividades administrativas quanto nas de controle. Não

há porque dissociar as duas atividades, que são complementares. Tenho a firme convicção de que os bons resultados auferidos por nossa instituição em resposta às demandas da sociedade são decorrentes do trabalho de todos, independente da função desempenhada. Nesse sentido, reafirmo as convicções já apresentadas pela atual Presidência e gestões anteriores no sentido de que devemos trabalhar unidos no exercício da competência constitucional de fiscalização dos gastos públicos e na visão de sermos reconhecidos como instituição de excelência no controle e no aperfeiçoamento da administração pública.

mais reclama da falta educação e saúde. Então, país descentralizado para para todos."

O atendimento de algumas demandas remuneratórias tende a melhorar a condição de trabalho do auditor e, consequentemente, sua motivação em prol de uma atuação mais efetiva no exercício do controle externo. Existe uma enorme expectativa sobre esses pleitos que vêm sendo, ao longo dos últimos anos, despriorizados pela Casa. Qual a real chance dessas pendências, como, por exemplo, a correção da incidência da URV, serem contempladas na sua gestão?

envidou esforços no sentido de valorizar os servidores, seja em termos remuneratórios ou de condições de trabalho. Em julho de 2011, o TCU encaminhou projeto de lei ao Congresso Nacional, dispondo sobre uma série de avanços no plano de carreira dos servidores. Sabemos que há dificuldades para aprovação, e os minisfuncional. Foram realizadas gestões nesse sentido junto ao Governo e também na aos pleitos de natureza remuneratória, destaco que temos uma gestão adminis-Reconhe-Ser, diversas oportunidades de treinamento e de capacitação, inclusive lho. Especificamente quanto à questão da URV, os auditores federais já foram contemplados por meio do Acórdão nº 217/2005 – Plenário. Quanto à extensão aos demais servidores do TCU do percentual relativo à URV, o tema está em análise no âmbito de processo específico e depende de apreciação por parte da Corte.

O TCU certamente é um dos órgãos mais modernos da administração pública. Investiu em inovações como o teletrabalho e o processo eletrônico, conquistas vanguardistas na administração pública brasileira. Ainda, conta com um corpo técnico extremamente qualificado e de baixa rotatividade, o que corrobora a manutenção desse capital intelectual. Como, na visão estratégica de presidente, o senhor enxerga o Tribunal de Contas da União no futuro?

Vislumbro um Tribunal de Contas da União em permanente e contínua evolupor meio da Rede de Controle, firmando acordos de cooperação e de capacitação com organismos internacionais de controle. Além disso, é preciso atuar em sintonia com os problemas da administração, buscando sempre a melhoria da governança, da gestão de riscos e de controles, com foco em trabalhos mais qualitativos, fundados precisa se preparar também para atuação sob seu controle, a exemplo das parcerias público-privadas e das concessões aeroportuárias. Temos o desafio de buscar mais externo, para intensificar e aprimorar o uso de tecnologia da informação no a cultura da inovação orientada a resultados, atuando de forma seletiva e sistêmica em áreas de risco e relevância, no combate ao desperdício de recursos públicos, além da urgente necessidade de se intensificar a

O Brasil entrará, permanentemente, no hall dos megaeventos internacionais com a organização da Copa das Confederações de 2013, a Copa do Mundo de 2014 e as Olimpíadas de 2016. Qual será o papel do TCU nesse processo de garantir que a aplicação dos recursos destinados a obras relacionadas com esses eventos tragam benefícios diretos à população brasileira?

O TCU desempenha papel de extrema importância na fiscalização da aplicação dos vos, mas sua participação vai muito além. É preciso esclarecer, antes de tudo, que os Tribunais de Contas Estaduais, Municipais e o TCU formaram parcerias para fortalecer o trabalho de fiscalização preventiva, pestivas. A competência para fiscalização reparte-se entre os diversos Tribunais de Contas, cabendo ao TCU fiscalizar o emregularidade dos empréstimos concedidos pela Caixa e BNDES. Temos relatórios de acompanhamento disponíveis na internet, e cada Tribunal é responsável pelos física e financeira das obras que fiscalizar. Ademais, os benefícios diretos à população decorrem não apenas da transparência

Ministro, sabemos que o senhor, além de reconhecido fã da prática de esportes, é um exímio tenista. Com esses eventos internacionais, o senhor acha que é possível que tenhamos um salto qualitativo na prática do desporto no Brasil?

Sim, desde que os eventos internacionais sejam precedidos e sucedidos por ações e investimentos na área educacional. Não basta apenas construir arenas e instalações desportivas. É preciso integrá-las às rotinas das escolas, clubes, associações de bairros e demais segmentos da sociedade. Só assim poderemos massificar o esporte, com saltos qualitativos para o País.

Qual a expectativa de Vossa Excelência em relação ao relacionamento da Presidência com a Auditar e com as demais entidades representativas dos servidores durante a sua gestão?

Sempre defendi o fortalecimento das instituições de representação. A exemplo da Auditar, elas prestam grande apoio aos servidores. Portanto, têm em mim um aliado. Desde que ingressei na Corte de Contas, tenho notado a disposição das várias gestões em dialogar com as associações de servidores, em prol da melhoria das condições de trabalho e da qualidade dos serviços prestados pelo Tribunal. Esse relacionamento institucional é importante e não vejo motivos que justifiquem sinalização em sentido contrário.

Como está o andamento do plano de carreira (PL 1863/2011), o que os servidores podem esperar?

Nós estamos trabalhando para fortalecer os nossos auditores e funcionários de forma geral com o plano de carreira, para que haja a possibilidade de eles terem um salário com dignidade.

Nesse sentido, também eu gostaria de salientar que estamos estudando uma forma de que o funcionário que entre no Tribunal possa ter condições de ascender a cargos para os quais ele seja treinado, para que assim aspire um dia a chegar a um posto maior. Nosso objetivo é criar essa evolução e dessa forma dar uma condição para que aquele que um dia quiser ser gestor ou crescer em qualquer outro cargo seja treinado para isso e possa avançar.

Então, eu acho que o plano de carreira é fundamental para que isso aconteça, mas também criar um plano de ascensão dentro do próprio Tribunal eu considero importante, a fim de que o nosso funcionário, o nosso auditor e o nosso técnico tenham condições de evoluir.

TCU inaugura nova era na administração pública

A partir da avaliação dos sistemas e das concepções econômicas e sociais, o TCU traça rumos para que o Brasil viva uma nova realidade.

O órgão que é referência em fiscalização dos recursos repassados pela União começa a trilhar um novo caminho rumo ao desenvolvimento nacional. O Tribunal de Contas da União (TCU), por meio da adoção de práticas inovadoras e futuristas, começou a introduzir na administração pública federal formas de atuar efetivamente, aliando o avanço tecnológico à preservação da natureza, além de buscar



meios de otimizar os trabalhos, com foco na excelência da gestão pública.

Passo a passo o TCU garante que a sociedade brasileira e outras instituições governamentais passem a enxergar medidas efetivas para evolução do setor público. Essas alternativas, que já estão sendo usadas dentro da Casa, irão garantir que o País alcance um patamar superior de desenvolvimento.

"O Tribunal está avançando. Acho que essa é uma questão de evolução natural que a sociedade passou a ter, até pela questão da informática, dos avanços na área de tecnologia. Estamos investindo em qualificação dos nossos servidores, e essas coisas são necessárias para que a criatividade aflore", ressalta o ministro do Tribunal de Contas da União **Augusto Nardes.**

Sustentabilidade

De olho no futuro do País, o Tribunal começou a pensar nos temas voltados para a gestão ambiental. Nessa direção, a conduta do Tribunal de Contas da União tem sido firme nas orientações de contratos públicos, recomendando que seja feito também um minucioso detalhamento a partir da perspectiva da sustentabilidade.

Em 2010, quando a Lei de Licitações e Contratos (8.666/1993) foi alterada, as questões ligadas ao desenvolvimento nacional sustentável receberam atenção especial, com destaque em relação às auditorias públicas. O trabalho dos auditores foi brindado, a partir da nova lei (12.349/2010), com novos desafios. Além de atento aos princípios da isonomia entre os concorrentes e da seleção da proposta mais vantajosa para a administração pública, ao TCU foi acrescentada a preocupação com um modelo que concilie o crescimento econômico, justiça social e menores impactos ambientais.

Para incentivar outros órgãos federais a aderirem a novos modelos sustentáveis, o TCU recomendou ao Ministério do Planejamento a elaboração de um plano de ação com orientações que não só preparem como também incentivem órgãos e entidades da administração pública federal a investirem em medidas para o aumento da sustentabilidade e eficiência de recursos naturais.

Com um horizonte ampliado para as fiscalizações, os auditores imediatamente debruçaram-se sobre a questão para definir os novos parâmetros para realização de processos de licitação sustentáveis. "É muito importante o auditor ter esse olhar, essa nova perspectiva. A partir de um rompimento da inércia em relação ao tema, poderão se promover mudanças comportamentais e culturais. Mas substituir esses paradigmas não será uma tarefa fácil. As resistências serão muitas e o caminho será extenso. Porém, é uma tendência que em longo prazo estará impregnada na atuação do auditor. Estamos apenas no começo", observa Fernando Dorna, diretor da 8ª Secex.

Processo Eletrônico

O Tribunal de Contas da União também adotou outras medidas para preservação do meio ambiente, como o fim do processo em papel. A medida, conhecida como "Processo Eletrônico", foi inserida no TCU, e hoje 100% dos documentos que tramitam na Casa estão em formato digital. A troca do processo de papel para o digital



iniciou em outubro de 2010, e a mudança de conceito representou uma queda de 70% nas impressões do Tribunal.

"Hoje, passados quase dois anos da implantação desse sistema, a gente já percebe uma grande melhoria no tratamento dos processos, na celeridade, na maior transparência das informações, ou seja, os objetivos inicialmente desejados de fato foram alcançados com a implantação do processo eletrônico", declara Alison de Souza, um dos servidores responsáveis pela implantação da medida.

Teletrabalho

Com a inauguração do processo eletrônico, uma prática vista com frequência no setor privado, foi viabilizado no âmbito do TCU o teletrabalho. Atualmente, um a cada cinco trabalhadores mundiais, principalmente nos países desenvolvidos,

trabalham em casa frequentemente e quase 10% realizam o teletrabalho todos os dias. O Tribunal de Contas da União é um dos primeiros órgãos públicos a aderir a essa prática e possibilita que o seu corpo técnico possa desempenhar as suas atividades fora do Tribunal.

Com o avanço das tecnologias e das telecomunicações, o trabalho fora da empresa ou instituição se tornou eficiente. A tendência cresceu e pesquisadores garantem que trabalhar em casa é mais produtivo, além de contribuir com a preservação do meio ambiente, uma vez que o trabalhador abre mão de transporte, seja ele público ou particular, para ir ao trabalho.

O teletrabalho garante vantagens, mas também aumenta as exigências em relação ao trabalhador. As metas estabelecidas são 15% maiores. Além disso, o servidor deve manter telefones de contato atualizados e estar disponível a todo tempo.

32 Auditar 25 anos Novembro de 2012 33

Sustentabilidade

Foi em 1987 que o conceito de desenvolvimento sustentável foi disseminado. O documento "Nosso Futuro Comum" (*Our common future*), também conhecido como Relatório Brundtland, foi elaborado pela Comissão Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento da ONU para discutir um novo modelo de desenvolvimento que conciliasse o crescimento econômico com a justiça social e a preservação do meio ambiente, e já anunciava as preocupações em relação aos critérios sustentáveis nas aquisições e contratações governamentais.

Teletrabalho

O teletrabalho já é uma realidade para muitos trabalhadores no Brasil. E o TCU foi um dos primeiro órgãos públicos a adotá-lo, com regras e convenções seguidas por ambas as partes. A comunicação entre o servidor e a chefia acontece pelo telefone e pela internet e o controle do funcionário passa a ser feito por sua produtividade.

O TELETRABALHO PROPORCIONA:

- Integração de pessoas sem aumento das instalações.
- Otimização da utilização dos espaços.
- Aumento da produtividade e da motivação pessoal.

PARA O MEIO AMBIENTE:

- Redução de tempo no trânsito.
- Reducão da poluição.
- Redução do custo do transporte e do servidor.
- Qualidade de vida.

OS AUDITORES FEDERAIS GANHARAM SUPERPODERES.

MAS CONTINUAM COM A MESMA MISSÃO: DEFENDER O BRASIL DE TODAS AS AMEAÇAS.



Peça o seu exemplar ou leia a revista pelo site **www.auditar.org.br**





